

Carla Barbosa



4

## Redução de escalões no IRS sobe carga fiscal

Será mais um aumento de impostos que abrangerá, sobretudo, a classe média e média-alta, dizem os especialistas

**FILOMENA LANÇA**  
filomenalanca@negocios.pt

O ministro das Finanças anunciou ontem que "haverá uma redução significativa" do número de escalões do IRS já a partir de 2013. A medida levará a um "aumento das taxas médias efectivas de imposto, aproximando a capacidade de arrecadação e distribuição dos padrões que estão vigentes na Europa", admitiu. Por esta via, admitem os fiscalistas ouvidos pelo **Negócios**, será inevitável um aumento da carga fiscal, que afectará essencialmente os contribuintes do meio da tabela.

Os pormenores técnicos só serão conhecidos com o Orçamento do Estado para o próximo ano, mas o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núnico, tem vindo a referir a hipótese de serem apenas três ou quatro escalões, o que significa uma redução para metade face ao actual número de oito.

A ideia em si não é nova e tem vindo a ser defendida pelos especialistas como forma de simplificar o imposto. "Nesse sentido é uma boa medida e aproxima de facto à maioria dos países da OCDE, que têm em média três ou quatro escalões", explica o fiscalista António Martins que em 2009 coordenou o grupo de trabalho para o estudo da política fiscal cujo relatório final apontava precisamente este caminho. "Se fosse no sentido de uma neutralidade em termos de carga fiscal, seria bem vinda, mas no actual contexto o Governo tendencialmente irá procurar receita fiscal adicional", antecipa. E quem serão os principais afectados? Provavelmente os escalões intermédios, entre os 30 mil e os 60 mil euros, antevê António Martins. Afinal, explica, "os rendimentos acima de 50 mil euros, provenientes de 6% a 7% do total de agregados, são responsáveis por cerca de 60% do IRS liquidado". Ou seja, "se o objectivo é aumentar a receita, é provável que as mexidas sejam aí, nos escalões médios altos".

A forma como os actuais oito escalões serão reagrupados dependerá, pois, da receita fiscal que o Governo precise de conseguir, afirma o fiscalista Rui Moraes. E "aglutinar escalões tem até uma vantagem, já que nem é preciso mexer muito nas taxas para aumentar a receita". Vítor Gaspar não disse se o pretende fazer ou não, mas adiantou que a taxa má-

**A MEDIDA**

O número de escalões de IRS, que actualmente são oito, terá "uma redução significativa" e passará, expectavelmente, para apenas quatro.

A actual taxa mais elevada manter-se-á nos 46,5%, não tendo o ministro dito nada sobre o que acontecerá às taxas mais baixas. Certo é que haverá um aumento das taxas médias efectivas.

A forma como são aplicadas as taxas de IRS no cálculo final do imposto fazem com que ao juntar vários escalões num só seja muito fácil os contribuintes ficarem a pagar mais. O governo terá de jogar com as taxas. Os pormenores técnicos só serão conhecidos com o Orçamento.

xima, de 46,5%, se manterá, assim como a taxa adicional de solidariedade que já vem do ano passado.

Esta alteração terá muito a ver com o facto de, por via do aumento da dedução específica, resultante da subida da contribuição para a segurança social, ser preciso minimizar os efeitos na receita do IRS. E peca, assim, se for uma "medida isolada e que visa apenas a obtenção de receita fiscal adicional", acrescenta Rogério Fernandes Ferreira. O ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais defende a simplificação e redução de escalões, mas sustenta que seria necessário repensar o imposto, incluindo, nomeadamente, os limites dos benefícios e deduções e que constituem forma "enviesada" de conseguir progressividade adicional a decorente da tabela de taxas gerais. "Neste momento, é por via dos limites das deduções que se assegura mais progressividade no imposto, e isso devia ser alterado".

5

## Taxa dos independentes sobe para 30,7%

Os trabalhadores independentes vão voltar a sofrer um agravamento nos descontos para a Segurança Social. O Governo anunciou esta terça-feira que a taxa irá subir dos actuais 29,6% para 30,7%. Também os trabalhadores integrados em regimes específicos de Segurança Social vão sofrer cortes no seu salário líquido.

Na sexta-feira passada, o primeiro-ministro anunciou apenas os aumentos a aplicar ao regime geral: a taxa a cargo do trabalhador vai subir de 11% para 18%, enquanto a do empregador desce de 23,75% para os mesmos 18%. Globalmente, a taxa sofre um aumento de 3,6%.

Esta terça-feira, o Governo anunciou que a taxa a cargo dos independentes vai subir dos actuais 29,6% para 30,7%. O objectivo é acompanhar o aumento verificado na taxa global.

Além disso, "o ajustamento dos restantes regimes de taxas em vigor (...) deverá ser efectuado de forma directamente proporcional às variações verificadas nas taxas gerais, garantindo-se simultaneamente que o impacto ao nível da repartição dos encargos entre trabalhador e empregador acompanha a variação ocorrida no âmbito das taxas gerais", explicou o ministério das Finanças. Isto significa que as entidades que têm regimes próprios – como as IPSS, entre muitas outras – vão beneficiar da medida e que os seus trabalhadores também sofrerão um aumento proporcional da taxa. Resta saber como é que isto se articula com os aumentos já previstos na legislação em vigor. **CAP/MC**



O professor de Coimbra afirma que a redução de escalões devia ser fiscalmente neutra.

No actual contexto, o Governo certamente irá procurar receita fiscal adicional.

**ANTÓNIO MARTINS**  
Fiscalista



O ex-secretário de Estado diz que a simplificação é bem vinda, mas não desta forma.

É uma medida isolada que visa apenas a obtenção de receita fiscal. Todo o imposto devia ser repensado.

**ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA**  
Fiscalista

**A MEDIDA**

A taxa a cargo dos trabalhadores independentes vai subir de 29,6% para 30,7%.

Os regimes específicos com taxas mais reduzidas, como o das IPSS, vão acompanhar a reforma: empregadores pagam menos e trabalhadores pagam mais.